



INSTITUTO DE
GESTÃO FINANCEIRA E DE
INFRA-ESTRUTURAS DA
JUSTIÇA I.P.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Ofício Circular Conjunto n.º 6/2011
DGAJ / IGFIJ

12-09-2011

Assunto: Utilização de TPA'S pelos Tribunais.

O IGFIJ – Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, IP, organismo responsável pela gestão e pelo controlo das receitas e das despesas a efectuar nas condições previstas no RCP – Regulamento das Custas Processuais, nos termos do art.º 34 da Portaria nº 419-A/2009, de 17 de Abril, encontra-se obrigado a cumprir a Unidade de Tesouraria do Estado, de acordo com o Decreto – Lei nº 191/2009, de 5 de Junho e do disposto no art.º 112º da Lei 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

Para o efeito, estão a ser instalados TPA'S nos tribunais que se destinam **única e exclusivamente ao pagamento de DUC**, através da opção **"Pagamentos ao Estado"** em cumprimento do art.º 9º da Portaria nº 419-A/2009, de 17 de Abril, que se transcreve: "Todos os pagamentos de custa, multas e penalidades processuais, assim como actos avulso, o produto de coimas e de execuções, rendas, salários, cauções e outras quantias estranhas ao pagamento directo de custas processuais, são depositadas em conta bancária do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ) à ordem da secretaria, **por meio de documento único de cobrança (DUC)**, sem prejuízo das receitas próprias das entidades diversas."

As importâncias recebidas em numerário pelos tribunais prevista no nº 4 do art.º 17º da Portaria nº 419-A/2009 de 17 de Abril, respeitantes a actos e papéis avulsos de valor inferior a ¼ UC, serão entregues ao IGFIJ também através de DUC a emitir pelo respectivo tribunal que efectuará o seu pagamento aos balcões das Instituições aderentes à (RCE) – Rede de Cobranças do Estado.

Face ao exposto, todas as importâncias no âmbito das custas processuais só podem ser pagas ao IGFIJ – Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça através de DUC – Documento Único de Cobrança.

Para o efeito encontram-se disponíveis os seguintes DUC:

701 – Depósitos Autónomos

702 – Taxas de Justiça

703 – Pagamento de Guias

704 – Actos Avulso

705 – Guias de Pagamento Imediato

Com a certeza da vossa melhor colaboração para a adopção destes procedimentos, apresentamos a V.Exas os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente do IGFIJ

Luis Meneses

O Director-Geral da DGAJ

Pedro de Lima Gonçalves